

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Horário de verão termina em dez Estados e no DF 4

O Estado de S. Paulo

Título: Privatização da Eletrobrás pode atrasar 7

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Petrobras se blindava de influência do governo 2

Título: Departamento de Comércio dos EUA propõe taxar aço 3

Título: Falta de luz ainda afetava cerca de cem mil moradores 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 4

Título: Horário de verão termina em dez Estados e no DF 4

Título: Petrobras versus governo 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 7

Título: Horário de verão termina hoje à meia-noite 7

Título: Privatização da Eletrobrás pode atrasar 7

Título: Vale bate recorde de produção 9

Título: Vale e Banco do Brasil estão entre as ações indicadas 10

VEÍCULO: Correio Braziliense 11

Título: Horário de verão acaba à meia-noite 11

Título: Posto não repassa queda da gasolina 12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Petrobras se blinda de influência do governo**

Novo estatuto prevê indenização à estatal em caso de perdas com interferência.

A Petrobras decidiu alterar seu estatuto social para se proteger de possíveis interferências de governos. No caso de a União tentar controlar os preços dos combustíveis praticados no Brasil ou querer impor algum tipo de projeto que se mostre deficitário, o governo terá de ressarcir a companhia. A alteração, proposta pelo Conselho de Administração, foi feita pela estatal em meados de dezembro, quando a companhia migrou para o Novo Mercado, patamar da Bolsa de Valores (B3) que exige maior grau de transparência. Segundo a Petrobras, os comitês financeiro e de minoritários avaliarão e mensurarão, “com base nos critérios de avaliação técnico-econômica”, o investimento em projetos ou a utilização de prática de preços subsidiados. A estatal afirmou que, quando houver orientações do governo, elas devem “respeitar as condições de mercado”.

Assim, a companhia diz que, nessa hipótese, a “União compensará, a cada exercício social, a companhia pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida”. Na opinião de David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), as mudanças são positivas e dão mais segurança jurídica para a Petrobras, que vem tentando buscar investidores. A estatal quer vender US\$ 21 bilhões em ativos até o fim de 2018. — Essa mudança é uma forma de se proteger e buscar investidor, pois essa alteração dá maior segurança para quem quiser investir na companhia. E, como o governo tem a maioria das ações, ele aprovou esse tipo de mudança. É algo que não se volta atrás, mesmo em uma mudança de governo no futuro. O estatuto da empresa sempre foi omissivo a essa questão de interferência do governo — disse Zylbersztajn.

PREÇO DO GÁS

As mudanças não devem impedir o governo de adotar medidas para baixar o preço do gás para famílias de baixa renda, segundo fontes. Preocupado com o impacto do preço do gás no bolso da população de baixa renda, o Palácio do Planalto começou a buscar alternativas que poderiam aliviar o peso do produto no orçamento dessas famílias. Três medidas estão sendo avaliadas: reduzir a carga tributária do GLP, recriar o Vale Gás ou reajustar o benefício do Bolsa

Família. Segundo fontes, será adotada a medida que tiver menor impacto sobre o Orçamento e, ao mesmo tempo, beneficie os mais pobres. O valor do gás tem oscilado desde que a Petrobras mudou sua política de preços e começou a repassar as variações observadas no mercado internacional, encarecendo o produto. Recentemente, a estatal passou a reajustar o gás trimestralmente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Departamento de Comércio dos EUA propõe taxar aço

Relatório recomenda a Trump elevar tarifas ou impor cotas ao Brasil e a outros países.

WASHINGTON - Os Estados Unidos estudam taxar a importação de aço e alumínio, ou impor tarifas mais altas a países como China, Rússia, Brasil e Venezuela, ou ainda estabelecer cotas, anunciou ontem o secretário de Comércio, Wilbur Ross. As três opções foram recomendadas por Ross ao presidente Donald Trump em janeiro para proteger a produção americana e a segurança nacional. “Essas importações de aço e alumínio ameaçam prejudicar nossa segurança nacional”, disse Ross em entrevista por telefone ao apresentar os dados do relatório preparado pela sua equipe. Trump ainda não decidiu se vai adotar uma das três medidas propostas pelo Departamento de Comércio. A China e a Rússia são os principais alvos, mas muitos outros países estão expostos às sanções sugeridas. Caso aplicadas, elas podem provocar uma guerra comercial.

Ross disse, ainda, que as medidas foram elaboradas de modo que os países atingidos não criem manobras para evitá-las através de triangulação. Na primeira opção, as importações de aço teriam uma taxa global de 24%, independentemente de seu país de origem. Na outra, seria aplicada uma taxa de, pelo menos, 53% a 12 países, entre eles Rússia, China, Brasil, Coreia do Sul e Turquia. A terceira alternativa é aplicar uma cota equivalente a 63% das importações provenientes de cada país, com base nos valores do ano passado. As propostas para o alumínio são similares, com taxa mínima de 7% para todos os países, ou de 23,6% para o metal proveniente de China, Hong-Kong, Rússia, Venezuela e Vietnã. A opção de uma quota por país seria de 86,77% do importado em 2017.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio****Autor:****Título: Falta de luz ainda afetava cerca de cem mil moradores**

Segundo a Light, 1.500 técnicos estavam nas ruas 36 horas após temporal

Mais de 36 horas após o temporal que afetou a cidade, a prefeitura do Rio ainda estimava que aproximadamente cem mil pessoas continuavam sem luz, na tarde de ontem. A Light informou que a chuva causou estragos na rede elétrica, de uma forma que não ocorria há mais de dez anos. A companhia de energia disse ainda que praticamente dobrou o número de profissionais nas ruas, de 800 para cerca de 1.500.

Sem luz, moradores de vários bairros do Rio fizeram protestos e, em alguns casos, fecharam ruas. Na Zona Oeste, os dois sentidos da Avenida Santa Cruz foram parcialmente bloqueados, em Senador Camará. O mesmo ocorreu na Avenida Brasil, pista sentido Centro, próximo à Vila Kennedy e em Deodoro.

PM ACOMPANHA PROTESTO

Na Zona Norte, uma faixa da Avenida Marechal Rondon também foi fechada por manifestantes, na altura de Mangueira, provocando congestionamento em toda a extensão da via. Um grupo havia impedido a saída de uma equipe da Light do local até que o problema fosse resolvido, o que aconteceu no fim da tarde. Policiais militares acompanharam o protesto.

Segundo a Associação das Empresas de Engenharia do Rio (Aeerj), a Secretaria municipal de Conservação e Meio Ambiente teve uma queda de 70% em seu orçamento. O gasto mensal médio da pasta, entre 2014 e 2016, foi de R\$ 39,5 milhões. Em 2017, caiu para R\$ 11,5 milhões. Além da falta de recursos para manutenção, a chuva que caiu sobre o Rio teve o maior índice pluviométrico no período de uma hora. Somente na Barra, bairro onde mais choveu, o volume alcançou 133,8 milímetros em 12 horas, acima do esperado para todo o mês.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Cotidiano****Autor:****Título: Horário de verão termina em dez Estados e no DF**

Moradores de dez Estados, além do Distrito Federal, devem atrasar em uma hora o relógio neste domingo (18), quando terminou o horário de verão.

O ajuste valerá para quem vive nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal.

O horário de verão, que entrou em vigor no país no dia 15 de outubro, tem como finalidade reduzir o consumo de energia elétrica entre 18h e 21h — horário de pico.

O **Ministério de Minas e Energia** deve divulgar na próxima segunda (19) a economia gerada no período.

Segundo balanço do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), em 2013, o Brasil economizou R\$ 405 milhões, ou 2.565 megawatts (MW). No ano seguinte, essa economia baixou para R\$ 278 milhões (2.035 MW) e, em 2015 caiu ainda mais, para R\$ 162 milhões. Em 2016, o valor sofreu nova queda, para R\$ 147,5 milhões.

Essa menor influência observada pode ser explicada pelo fato de parcelas significativas das zonas sujeitas à medida terem intensificado o uso de equipamentos como o ar condicionado, como forma de aplacar o calor, elevando a demanda pela energia elétrica. Ainda que já dispensem as lâmpadas incandescentes, substituindo-as por modelos mais econômicos.

No final do ano passado, o governo federal sinalizou para a possibilidade de abolir o horário de verão, por não haver consenso quanto à relação com a economia de energia elétrica. Apesar disso, acabou apenas abreviando o período 2018/2019 em duas semanas, a pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para facilitar a apuração dos votos das eleições. Com isso, o horário de verão de 2018 passará a ser adotado no primeiro domingo de novembro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Petrobras versus governo

Governo pretende realizar o primeiro leilão do volume excedente de petróleo e gás nas áreas concedidas à Petrobras.

Uma transação realizada entre a Petrobras e o governo federal em 2010, no auge do ufanismo petrolífero brasileiro, ameaça criar um impasse a opor a maior empresa do país e seu controlador.

Na época, a estatal adquiriu, por R\$ 74,8 bilhões, o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo nos campos do pré-sal, então uma novidade. O Tesouro Nacional, em tempos de contabilidade criativa, aproveitou parte dessa receita para fechar as contas do ano.

Agora, o governo pretende realizar o primeiro leilão do volume excedente de petróleo e gás nas áreas concedidas à Petrobras. Estima-se que elas possam conter de 6 bilhões a 15 bilhões de barris adicionais, o que permitiria à União arrecadar até R\$ 100 bilhões, nas projeções mais otimistas.

Para que o processo possa avançar, no entanto, as duas partes precisam concluir a revisão dos termos do contrato original. Esse procedimento foi previsto porque, no momento da assinatura, não se conhecia inteiramente o potencial dos campos —que se mostrou muito maior que o antecipado.

Houve variações também em parâmetros econômicos, como custo de produção, preço internacional do petróleo e taxa de câmbio. É preciso avaliar, portanto, se a Petrobras pagou muito, pouco ou a quantia justa ao Tesouro.

Desse recálculo resultará o montante exato a ser leilado. A conta, porém, está longe de ser trivial. Tanto a estatal como o governo dizem ter dinheiro a receber; entre analistas de mercado, há quem concorde com um lado e o outro.

O problema, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), é que o contrato não estabeleceu premissas claras para a revisão, o que resulta em diferentes interpretações das partes quanto a parâmetros e datas de referência.

É legítimo, de todo modo, que União e Petrobras defendam seus pontos de vista, ambos legítimos, de forma independente.

A primeira deve pleitear o maior volume possível de óleo excedente, que é de todos os brasileiros; maximizar as receitas de concessão é objetivo fundamental, seja qual for a empresa exploradora. À segunda, companhia de capital misto, cabe zelar pelo interesse de todos os seus acionistas.

Nesse sentido, aliás, foi mais do que oportuna a revisão do estatuto da petroleira, para adequá-lo à Lei de Responsabilidade das Estatais e evitar submissão aos ditames políticos. A ausência de tais parâmetros de governança resultou, no passado recente, em preços defasados, negócios deficitários e escândalos de corrupção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Metrópole****Autor: Felipe Cordeiro****Título: Horário de verão termina hoje à meia-noite**

Moradores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País deverão atrasar o relógio em uma hora; São Paulo terá esquema especial de transporte

Em vigor desde outubro, o horário de verão termina à meia-noite de hoje no Distrito Federal e nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Os moradores dessas regiões devem atrasar o relógio em uma hora. O próximo horário de verão será mais curto. Um decreto do presidente Michel Temer diminuiu em duas semanas a duração da medida para que as apurações do segundo turno das eleições, em 28 de outubro, não ocorram em horários diferentes entre os Estados. Por isso, o próximo horário de verão se iniciará apenas no primeiro domingo de novembro (dia 4), e não mais no terceiro domingo de outubro (dia 21). Transporte. Em São Paulo, o fim do horário de verão provocará mudanças na rede de transporte público. O metrô estenderá por uma hora o funcionamento das estações e do sistema.

Assim, os passageiros poderão embarcar até 1 hora de domingo nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 4-Amarela. Já nas linhas 5-Lilás e 15-Prata as estações permanecerão abertas até 0 hora (o equivalente a 1 hora no horário de verão). “O número de viagens ofertadas na rede também será maior. Na Linha 1-Azul foram programadas 18 viagens adicionais. Na 2-Verde haverá acréscimo de 22 partidas”, afirmou, em nota, o Metrô. Na Linha 3-Vermelha serão 21 viagens extras; na 5-Lilás, 16; e na 15-Prata, 14 viagens adicionais. A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) também estenderá em uma hora o funcionamento. Ônibus municipais de linhas regulares circularão até 0 hora do novo horário (1 hora do horário de verão), quando começa a operação noturna. O mesmo esquema será adotado para os ônibus intermunicipais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth, Igor Gadelha, Isadora Peron E Adriana Fernandes****Título: Privatização da Eletrobrás pode atrasar**

Com intervenção no Rio, medidas relacionadas à segurança terão prioridade na Câmara e podem prejudicar cronograma de venda da estatal.

O decreto de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio pode atrapalhar os planos de privatização da Eletrobrás, embora não tenha efeito direto sobre o processo. A prioridade no Congresso agora passa a ser a pauta da segurança pública, como disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Ele citou ontem a necessidade de endurecer e modernizar leis relacionadas ao tráfico de drogas e armas e de integração do sistema de segurança nacional. Questionado se o decreto iria causar atrasos no cronograma de votação do projeto de privatização da companhia, Maia disse apenas que a intenção “nunca foi votar o projeto em fevereiro ou março”. A previsão dele é que as discussões durem entre 40 e 60 dias na Câmara.

A privatização da companhia é um dos principais itens da pauta econômica de 2018, por conta do reforço de caixa para o Tesouro de, pelo menos, R\$ 12 bilhões. “O calendário do projeto de lei da Eletrobrás está tranquilo”, minimizou o deputado, que, antes da intervenção, previa que a proposta iria a votação no plenário em abril.

Maia afirmou que o decreto da intervenção provocou uma “antecipação da pauta da segurança”, que, até então, estava na agenda da Câmara e do Senado para depois da reforma da Previdência. O relator da proposta de privatização da Eletrobrás na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), disse que mantém a intenção de votar o projeto de lei na segunda metade de abril.

“Claro que temos de ouvir as pessoas: governo, economistas, especialistas. Mas acho possível prepararmos o relatório e votarmos em abril. Foi o que combinei com Maia”, afirmou ao Estadão/Broadcast. O presidente da comissão será o deputado Hugo Motta (MDB-PB). A desestatização da companhia será tratada por meio de projeto de lei já enviado ao Congresso pelo Executivo.

Não há impeditivo direto, pois o decreto de intervenção no Rio inviabiliza apenas alterações na Constituição, como a proposta de emenda constitucional (PEC) sobre a reforma da Previdência. Mas a votação pode atrasar, caso os parlamentares desistam de pautar o projeto para discutir a questão da segurança pública.

Procurado, o **Ministério de Minas e Energia** não se pronunciou a respeito das dificuldades adicionais na votação do projeto de lei. Embora o governo oficialmente ainda insista na reforma da Previdência, a privatização da Eletrobrás passa a ocupar o primeiro lugar na lista de prioridades da agenda econômica este ano. A avaliação da área econômica é que a privatização será peça importante no quebra-cabeça do ajuste fiscal de 2018. O desafio, porém, será enfrentar os partidos de oposição, a bancada mineira e os deputados do Nordeste, todos contra o projeto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios****Autor: Fernanda Guimarães e Reuters****Título: Vale bate recorde de produção**

Empresa anunciou o resultado de sua produção a poucos dias da divulgação do balanço do ano passado.

A mineradora Vale alcançou produção recorde de minério de ferro no ano passado, ao atingir um volume de 366,5 milhões de toneladas. Na comparação com 2016, a produção cresceu 5,1%. O resultado ficou dentro da meta que a empresa havia estabelecido para 2017, que variava entre 360 milhões e 380 milhões de toneladas de minério.

Entretanto, a maior produtora global de minério de ferro revelou que as vendas da commodity em 2017 caíram 0,7% ante 2016, para 291,329 milhões de toneladas. “A escolha da empresa parece permanecer solidamente atrás do mantra de perseguir valores e não volumes de vendas, que foi o lema da companhia nos últimos 12 a 18 meses”, disseram os analistas Paul Gait e Jonathan Absolon, do Bernstein, em relatório a clientes.

O recorde da produção de minério de ferro, destacou a mineradora brasileira, ocorreu principalmente por conta do aumento de produção do projeto S11D, que teve início no fim de 2016. A companhia informou ainda que o cronograma segue conforme o planejado. A produção ficou perto do piso das expectativas, explicou a mineradora, porque houve redução dos volumes de produção do minério de alta sílica, que é aquele de mais baixa qualidade, nos Sistemas Sul e Sudeste, diante da estratégia da companhia de maximizar margens.

Para 2018, a Vale confirmou, no mesmo documento, sua projeção de produzir em torno de 390 milhões de toneladas de minério de ferro, número que já havia divulgado em dezembro do ano passado. O relatório de produção antecede o relatório de desempenho financeiro referente ao quarto trimestre de 2017, para a próxima terça-feira, após o fechamento dos mercados.

“Enquanto a Vale aumenta o foco na qualidade, esperamos que tenha um efeito positivo nos preços realizados no quarto trimestre”, disseram analistas do JP Morgan, em relatório a clientes. Adiantamento. A intenção da mineradora de priorizar a rentabilidade fez com que a companhia adiasse para 2018 alguns contratos que deveriam ter sido fechados no fim do ano passado.

A produção de minério da Vale no quarto trimestre atingiu 93,4 milhões de toneladas, alta de 1,1% ante o mesmo período de 2016. As vendas da

commodity caíram 31%, em igual comparação. “Em outras palavras, a Vale poderia ter vendido mais, mas optou por não fazê-lo. Isso foi feito para suportar os preços do minério de ferro, mas também para permitir que a Vale tenha mais material para o primeiro trimestre, quando a produção é geralmente menor devido às chuvas no Brasil”, afirmaram os analistas do banco JP Morgan.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Karin Sato

Título: Vale e Banco do Brasil estão entre as ações indicadas

O relatório de produção da Vale, publicado nesta semana, impressionou a equipe de analistas da XP Investimentos, que optou por incluir o papel na carteira desta semana. “Os números vieram fortes, dentro das expectativas do mercado... Ficou claro para nós que a companhia continua priorizando rentabilidade”, explicou a analista Bruna Pezzin, da XP. “Os resultados completos da Vale referentes ao quarto trimestre de 2017 serão publicados em 27 de fevereiro.

Continuamos otimistas com o desempenho das ações em bolsa no curto prazo, tendo em vista uma soma de fatores, com destaque para o movimento de melhora da governança corporativa associado a preços elevados de minério de ferro, que se traduzem em forte geração de caixa”. A Magliano trocou todo o portfólio, que passou a ser composto por Banco do Brasil, Hypera Pharma, Iochpe Maxion, Pão de Açúcar e Telefônica Brasil.

A respeito da indicação da ação do BB, o analista Carlos Soares disse acreditar que as grandes empresas estatais iniciaram uma profunda reestruturação. Além do próprio BB, ele citou Petrobrás e Eletrobrás. “Isso acaba sendo bom, pois os indicadores de eficiência do banco têm um histórico inferior aos de seus concorrentes privados. Assim, esperamos melhora dos resultados, que serão conhecidos no dia 22”, afirmou.

Sobre Pão de Açúcar, Soares disse que a queda da inflação e dos juros são vetores importantes para a melhora do consumo. Isso deve se refletir de maneira mais consistente nos próximos resultados da companhia. Já o analista Vitor Suzaki, da Lerosa, indicou BRF, que pode apresentar melhora no balanço do quarto trimestre de 2017, com expectativa de avanço no cenário doméstico e ganho de participação de mercado.

Nesta semana, a pedido da coluna, os analistas elegeram suas principais recomendações no setor elétrico. Apenas para esclarecer dúvidas recentes de leitores, não necessariamente esses papéis estão entre as cinco ações que

compõem as carteiras. A cada semana, os analistas falam sobre temas que estão no radar dos investidores.

O time da Coinvalores disse que, para o investidor mais conservador, a recomendação é Alupar, que combina potencial de expansão e boa perspectiva de retorno via proventos (benefícios, como dividendos). Já para os mais arrojados, a indicação é Copel. “O papel está descontado em bolsa, na comparação com ações de concorrentes, e conta com interessante perspectiva de distribuição de proventos”, ressaltou o analista Felipe Silveira.

A Magliano vê potencial de alta para Copel, Energias do Brasil, AES Tietê e Taesa. No caso da Copel, Soares lembrou que ela está reduzindo seu programa de investimentos, visando a readequar sua estrutura de capital. “A companhia não se apresenta prejudicada como a Cemig em relação a dívidas e pode tirar proveito disso, ampliando sua carteira de ativos ou até promovendo venda de ativos para reestruturar seu foco de negócios”, afirmou.

A Lerosa citou Taesa entre as preferências no setor elétrico, em razão das receitas corrigidas pela inflação, maturidade das operações e da política de dividendos. “Empresas que podem passar por processos de fusão, aquisição ou mudança de controlador também ficam no radar, como Eletrobras, Cesp, Eletropaulo e Light, em especial a primeira, por conta da possibilidade de privatização”, disse Suzaki.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Anna Russi

Título: Horário de verão acaba à meia-noite

Em vigor desde outubro de 2017, o horário de verão termina à meia-noite de hoje no Distrito Federal e nos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), do Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). À 0h do domingo, os moradores devem atrasar o relógio em uma hora. Com o fim do horário de verão, o Nordeste do país volta a ficar com o mesmo horário de Brasília. Já o leste do Amazonas e os estados de Roraima e Rondônia ficam com uma hora a menos; enquanto o Acre e o oeste do Amazonas, duas horas. O próximo horário de verão se iniciará no primeiro domingo de novembro (dia 4), não mais no terceiro domingo de outubro (21), devido às eleições.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: A.R.****Título: Posto não repassa queda da gasolina**

A possibilidade de abastecer o tanque a um preço mais baixo escapou pelos dedos do consumidor nos últimos dias, antes que ele pudesse sentir alívio no bolso. Em seguida de um recuo de 3,9%, o maior do ano, no preço da gasolina nas refinarias, a estatal anunciou, ontem, um aumento de 1,5%, que entra hoje em vigor. O preço do diesel caiu 0,8%, após uma queda de 2,3%.

Em Brasília, aparentemente, as reduções de preço anunciadas pela Petrobras não têm sido repassadas ao consumidor. Entre 8 e 16 de fevereiro, a gasolina teve redução de 6,9% nas refinarias, mas, nas bombas, os preços se mantiveram praticamente estáveis. Ontem, dos 29 postos do Plano Piloto visitados pelo Correio, apenas dois não seguem o padrão dos valores de R\$ 4,29 ou de R\$ 4,25.

O servidor público Carlos Lopes, 53 anos, disse que só tem encontrado gasolina pelo mesmo valor nos revendedores. “É estranho, porque, na refinaria o reajuste ocorre todo dia. A gente nunca sabe se os postos estão abusando do lucro”, comentou. A servidora pública aposentada Ana Francisca de Sousa, 58 anos, disse que é difícil para o consumidor acompanhar os reajustes diários. “Acabamos reféns do preço que os postos cobram, principalmente porque quase todos estão, praticamente, com o mesmo valor”, afirmou.

A impressão do consumidor é a de que o setor está, novamente, contaminado pela prática de cartel. Na semana passada, o governo solicitou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e à Polícia Federal investigações sobre a revenda de combustíveis.

A Petrobras mudou a política de preços em julho de 2017. Desde então, os reajustes são pautados de acordo com avaliações de todas as condições do mercado. Questões como o câmbio e as cotações internacionais do barril do petróleo influenciam o valor repassado. Dessa forma, os ajustes ocorrem quase que diariamente, para cima ou para baixo.

MME / ASCOM .